

Educação e racismo: projetos educacionais no contexto colonial do século XIX

Education and racism: educational projects in the colonial context of the 19th century

Gabriel Felipe Silva Bem

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

gabriel.f.bem@hotmail.com

Recebido em: 10/07/2019

Aprovado em: 01/09/2019

Resumo: Este trabalho discute projetos educacionais elaborados em Portugal durante o século XIX que tinham pretensão de serem implementados nas colônias africanas. Esses projetos foram elaborados por quatro intelectuais influentes do período: Marquês de Sá da Bandeira, Antônio Francisco Nogueira, Andrade Corvo e Oliveira Martins. A marca do discurso desses autores é o racismo, mobilizado de maneira diversa por eles, visando atingir objetivos distintos, o que contribui para que os projetos educacionais fossem significativamente diferentes em cada autor e, por vezes, até concorrentes. Esse trabalho chega à conclusão de que o fracasso do projeto abolicionista de Sá da Bandeira contribuiu para que projetos com visões raciais mais deterministas surgissem e ganhassem espaço na política portuguesa.

Palavras-Chave: Educação; Colonialismo; Racismo.

Abstract: This paper discusses educational projects elaborated in Portugal during the 19th century and which were meant to be implemented in the African colonies. These projects were elaborated by four influential intellectuals of the period: Marquês de Sá da Bandeira, Antônio Francisco Nogueira, Andrade Corvo and Oliveira Martins. The main feature of their discourse is racism, which is mobilized in different ways, aiming to achieve different objectives, in such a way that the educational projects were significantly different in each author and sometimes even in competition to each other. This paper suggest that the failure of the abolitionist project of Sá da Bandeira contributed to the rise and visibility projects with more deterministic racial visions in Portuguese politics.

Keywords: Education; Colonialism; Racism.

Introdução

Este trabalho pretende discutir e analisar projetos educacionais elaborados por diferentes autores portugueses no contexto colonial da segunda metade do século XIX, tendo como foco os territórios africanos, nomeadamente: Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e

Guiné Bissau. Os autores são quatro: Sá da Bandeira, Antônio Francisco Nogueira, Andrade Corvo e Oliveira Martins. Eles foram importantes personagens do cenário intelectual português e, de certa forma, influenciaram o pensamento da época.

Os quatro operaram em perspectivas diferentes sobre como a colonização deveria ser guiada. Essa variedade, em certa medida, se dá em virtude da maneira como eles entendiam o outro colonial. Apesar disso, existe uma constância no pensamento desses autores, a presença do racismo, que se manifesta de formas diferentes, mas ininterruptas. Isso refletiu nos seus projetos educacionais para as colônias, que foram fortemente guiados por uma perspectiva racial.

O objetivo deste trabalho é analisar como visões raciais diferentes afetaram a idealização dos projetos educacionais dos autores, o que nos dá uma boa ferramenta para entender o contexto colonial do período como um todo. Para isso, cada autor será analisado de maneira individual, o que torna evidente a existência de mudanças do paradigma racial, que começa com um evolucionismo imediato em Sá da Bandeira – postulando a não existência de nenhum impedimento natural para a civilização dos negros – e chega ao determinismo racial de Oliveira Martins – defendendo a noção de que o negro nunca chegaria ao nível civilizacional do branco por uma questão biológica.

A concepção de que existe uma diferença fundamental entre grupos humanos tem longa tradição erudita na Europa, estando presente desde a Antiguidade Clássica, quando os gregos se viam como diferentes dos “bárbaros” (HARTOG, 2004). O século XIX contou com a forte presença e proliferação de inúmeras teorias raciais, que creditavam a superioridade de uma raça sobre as outras. Essas teorias não foram criação do século XIX, tendo suas bases filosóficas em autores de séculos anteriores, mas foi nesse período que encontraram terreno fértil para crescer e desenvolver-se, sendo impulsionadas pela colonização, mas também pelo advento da ciência.

Na Europa iluminista crescia a fé nas verdades absolutas da ciência e, por consequência, na razão humana, ou na razão europeia, inaugurando uma “utopia da razão” (POLIAKOV, 1974, p. 119-130). Nesse período, a razão estava intimamente ligada ao cientificismo e ao surgimento das ciências exatas, que era responsável por mecanizar e classificar o mundo, ou seja, o pensamento científico estava racionalizando o mundo. Nessa perspectiva, o ser humano era reduzido a sua razão, sendo que a razão era entendida de maneira bem específica, tratando-se do pensar cientificamente, concebido em termos que excluía boa parte da população mundial.

Nesse sentido, é possível afirmar que o cientificismo forneceu as bases para as teorias raciais do século XIX, que, na maioria das vezes, apelavam para um discurso supostamente apoiado na razão para justificar a superioridade da raça branca europeia sobre as outras. É claro que mesmo antes da hegemonia do pensamento científico existiam elementos que legitimavam o discurso de superioridade da Europa, como o próprio cristianismo, mas esse era dotado de certo universalismo e determinada noção de igualdade entre os seres humanos – provindo do mito da criação única, já que, em última instância, todas as pessoas eram descendentes de Adão e Eva. Com a proximidade do século XIX, começaram a aparecer teorias que duvidavam de que os brancos e os negros fossem da mesma espécie ou tivessem um descendente em comum, cujo autores eram chamados de poligenistas (POLIAKOV, 1974, p. 119-130).

Fica claro nos textos dos autores que, para eles, havia uma relação intrínseca entre civilização e raça, já que a concepção do que era civilizado partia de uma visão etnocêntrica. A civilização seria uma espécie de escada de comportamentos. Os mais baixos nessa hierarquia seriam os “selvagens”, classificação comumente atribuída aos povos do interior da África, dotados de comportamentos extremamente repudiados pela civilização, como irracionalidade, obscurantismo, antropofagia, idolatria, nomadismo e escravidão. No posto mais alto, estaria a burguesia branca ilustrada europeia, com comportamentos tidos como civilizados por excelência, como saber ler, ter pensamentos racionais, hábitos higiênicos, humanistas e empreender riquezas. No meio termo, estaria a maioria das pessoas do mundo, em que os comportamentos mesclariam hábitos selvagens com hábitos civilizados, como os camponeses, os árabes, os negros habitantes das cidades coloniais e os bôeres. Fica evidente que existia uma relação íntima entre a raça e a civilização, por isso, um projeto civilizacional, como a promoção de políticas educacionais nas colônias, passava obrigatoriamente por um crivo racial e por visões racistas.

Antes de entrarmos nos projetos em si, cabe uma breve apresentação de cada autor. O Marquês Sá da Bandeira (26 de setembro de 1795 - 6 de janeiro de 1876) é visto como uma espécie de herói nacional português. Foi durante os seus períodos como Ministro do Ultramar ou na chefia do governo, durante as décadas de 1830 e 1860, que as legislações abolicionistas foram implantadas, a maioria por decretos assinados pelo Marquês. Ele é também um reconhecido líder militar, entrou no exército aos 14 anos de idade, durante as invasões francesas no início do século XIX. Na Guerra Civil Portuguesa, lutou ao lado dos liberais, tendo sua mão direita amputada em uma das batalhas (MONTEIRO; PIMENTEL; LOURENÇO, 2013). No legislativo, atuou na Câmara dos Pares de 1834 até a data de sua morte. Sá da Bandeira era nome forte do período e

influenciou toda uma tradição de políticas coloniais, isso fez com que Valentin Alexandre se referisse a ele como “a mais importante personalidade da política colonial portuguesa de todo século XIX” (ALEXANDRE, 2004, p. 962).

Antônio Francisco Nogueira é o menos conhecido dos quatro. Aparentemente sua obra, muito bem datada, não envelheceu com prosperidade e Nogueira foi caindo no esquecimento, o que dificulta, inclusive, a obtenção de informações biográficas sobre ele. Apesar disso, durante o final do século XIX, seu trabalho *A Raça Negra sob o ponto de vista da civilização Africa: Usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior e Mossamedes* (1880) causou certo impacto, tendo sido uma das fontes centrais de Andrade Corvo. Nogueira foi membro da Sociedade de Geografia de Lisboa e morou em Mossamedes, em Angola, experiência que resultou na produção do texto citado. O trabalho mistura antropologia, teorias raciais e vivências pessoais. Esse empreendimento resultou, ainda, na criação de um trabalho etnográfico que foi referência, ao seu tempo, para falar da região por ele estudada.

João de Andrade Corvo (30 de janeiro de 1824 - 16 de fevereiro de 1890) era intelectual e agrônomo, e foi um nome forte nas questões internacionais e coloniais durante o Fontismo¹. No período entre 1871 e 1878, Corvo foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, pasta que acumulou com o Ministério da Marinha e Ultramar. Ele se colocava como herdeiro da política antiescravista de Sá da Bandeira, acrescentando um ponto a essa tradição: o ideal desenvolvimentista saintsimoniano (PEREIRA, 2017). O autor francês Saint-Simon acreditava que, através da industrialização, seria possível promover a criação de riqueza, a associação e a igualdade democrática entre os povos, sendo necessário para isso a realização de grandes obras públicas e o estabelecimento de vastas redes de comunicação. Além do ideal modernizador, Corvo também acrescentou o discurso das teorias raciais que se desenvolviam nos estudos da antropologia no período, elemento que já estava presente de maneira tímida em Sá da Bandeira, mas passou a guiar grande parte da política colonial de Corvo.

Joaquim Pedro de Oliveira Martins (30 de abril de 1845 - 24 de agosto de 1894) foi um influente historiador do período, chegando a ser membro do Instituto de Antropologia de Paris. Em Portugal, ele é reconhecido como o maior expoente do darwinismo social, publicando diversos trabalhos de cunho racista que postulavam a inferioridade irrestrita e irrecuperável da

¹ Fontismo foi como ficou conhecido o Governo Português das décadas de 1870 e 1880, sobre a liderança de António Maria de Fontes Pereira de Melo, que ficou marcado pelas tentativas de modernização da infraestrutura do país.

raça negra (HENRIQUES, 2015). Sua atuação mais destacada foi na carreira intelectual, mas também contou com uma pequena carreira política, atuando como deputado, entre 1886 e 1894, além de ter sido nomeado Ministro da Fazenda em 1892 (MATOS, 2015). Valentin Alexandre divide a obra de Oliveira Martins em dois períodos: o primeiro, presente em seus primeiros textos da década de 1870, é marcado por uma visão de nação inspirada pelo federalismo de Proudhon; o segundo é marcado por certo abandono dessa concepção proudhoniana que foi sendo substituída por uma visão de nação influenciada pela ideia de raça. Com isso, Oliveira Martins se mostrou crítico à concepção de que os direitos constitucionais deveriam ser expandidos para os negros na África e, em grande parte, inspirou o Regulamento de 9 de novembro de 1899, que estabeleceu condições diferentes de trabalhos para os africanos, inclusive com possibilidade de trabalho forçado (ALEXANDRE, 2000). O período em que suas ideias foram mais influentes foi após o Ultimato Inglês de 1890², quando o paradigma desenvolvimentista de Andrade Corvo começou a perder força e as ideias de Oliveira Martins ajudaram a legitimar as violentas Campanhas de Conquista e Pacificação³.

Sá da Bandeira e a educação em contexto de abolição da escravidão

Sá da Bandeira, o mais velho dos autores, é bem pragmático e faz quase uma receita para a civilização na África, evidenciando a sua visão evolucionista mais imediata. Ele escreve da seguinte forma:

Dê-se aos negros completa segurança de pessoa e propriedade; faça-se desenvolver entre elles a instrucção, creando escolas numerosas; haja seminários em que se habilite um clero indígena, que espalhado entre os povos possa contribuir para a sua civilização; abram-se vias de comunicação que facilitem as transacções commerciaes, e pelas quaes a força armada possa marchar sem embaraço, para manter a ordem publica, ou para repellar aggressões estranhas. Por estes meios e por outros que se empreguem, se farão aumentar as necessidades dos indígenas; as quaes estimularão os mesmos a buscarem, pelo seu trabalho, os meios de se satisfazer. Mas para isto se poder conseguir, é preciso fazer effectiva a prohibição de que os brancos continuem a explorar o serviço dos negros, como o têm feito há séculos. Sem esta medida serão baldados todos os esforços que um governo benéfico queira empregar (BANDEIRA, 1873, p. 83-84).⁴

² O Ultimato Inglês de 1890 foi a exigência, por parte da Inglaterra, da retirada das forças militares portuguesas do território compreendido entre as colônias de Moçambique e Angola. O episódio foi considerado como humilhante por parte dos portugueses

³ Essa é o nome dado a uma série de campanha militares empregadas por Portugal no interior das suas colônias entre 1884 e 1917 que tinham como objetivo o controle efetivo do território colonial e o enfraquecimento dos Sobas e dos reinos africanos

⁴ As citações foram transcritas na íntegra, preservando a ortografia original.

Esse trecho foi retirado de um dos últimos trabalhos de Sá da Bandeira, *O trabalho Rural Africano e a Administração Colonial (1873)*, publicado três anos antes da sua morte, no qual o Marquês buscou responder a pedidos que circulavam na imprensa demandando a prorrogação do prazo para o fim do trabalho compulsório⁵. Em seu discurso fica evidente que acreditava que as ferramentas necessárias ao desenvolvimento da civilização eram instrução, trabalho e segurança, mas, antes disso tudo, deveria se empreender o fim do trabalho escravo. O Marquês centraliza toda sua obra nesse último ponto, sendo a legislação abolicionista o seu maior legado.

O fim da escravidão se justificaria para além de uma pauta humanista (muito embora ela fosse evocada): esse modo de trabalho deveria ser abolido porque era improdutivo e inviável economicamente, ou seja, seu fim tinha um apelo técnico. No livro aqui estudado, Sá da Bandeira defende que o trabalho escravo era improdutivo, mais caro e mais perigoso para o senhor do que o trabalho livre. Ele argumenta que regiões como Serra Leoa e Libéria só apresentavam maior desenvolvimento do que as colônias portuguesas devido ao trabalho livre. Ele, inclusive, chega a comparar financeiramente o trabalho dos crumanos, como ele nomeia as pessoas contratadas na região da Libéria, com o trabalho dos libertos. O Marquês usa como base o relato do funcionário público, Francisco de Lencastre, para escrever o seguinte:

Em 1866 o mesmo funcionario escrevia, que na ilha de S. Thome os libertos haviam assassinados cinco ou seis donos, ou feitores das roças. Elle comparava o custo do trabalho de um liberto com o de um crumano. O primeiro, que havia sido escravo, comprado em Angola, custava em S. Thomé, pelo menos, 20 libras (90\$000 reis); e o segundo custava, alem do salario, a importancia de duas passagens, ou 4 libras (18\$000 réis): e calculando detalhadamente o custo do trabalho do liberto e do crumano, em um praso de tres annos, concludis que a despeza diaria feita pelo cultivador seria, com o liberto de 50 réis, e com o crumano de 73 réis, differença 23 réis; devendo attender-se a que o trabalho d'este é feito superior ao d'aquelle. E observava que o pequeno proprietario que quizesse começar uma plantação, bastava-lhe ter a importancia de dez passagens ou 90\$000 réis para ter dez crumanos; e que para ter dez libertos precisaria de 900\$000 réis, quantia de que pagaria juros (BANDEIRA, 1873, p. 91).

Sá da Bandeira também buscou responder às críticas comuns, no período, que afirmavam que o negro não trabalhava sem ser obrigado e que a abolição traria a ruína para as colônias. Ele argumentava que a escravidão violenta teria feito o negro, naturalmente dado ao trabalho, repudiá-lo. Ele chega, até mesmo, a citar lugares em que não havia escravidão, mas que o negro

⁵ Liberto é uma espécie de condição de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Em 1869 todos os então escravos foram convertidos em libertos após um decreto de Sá da Bandeira, mas esses ainda seriam obrigados a servir o seus senhores até 1878, data que seriam finalmente libertados.

se voluntariava livremente ao labor. Na visão do ministro, seria necessário recuperar o espírito de trabalho, alterado pela escravidão, dos negros. Para isso, era sugerida a aplicação de impostos, preferencialmente a serem cobrados em produtos, no intuito de criar a necessidade do salário ou do trabalho com a plantação. Além disso, ele acreditava que a posse de roupas e de casas no estilo europeu deveria ser incentivada. Assim como estimulava a imigração branca, entendendo que ela possibilitaria uma educação pelo exemplo. Em último caso, seria aplicado trabalho forçado para os vadios.

Sá da Bandeira advogava por uma educação dos ex-escravos que agiria para torná-los trabalhadores livres, mas não seria aplicada em instituições de ensino, as próprias condições da sociedade agiriam nessa educação. Ele tem uma visão muito otimista sobre a plausibilidade desse projeto, já que apresenta uma visão racial pautada no evolucionismo imediatista. Para ele, bastaria acabar com a escravidão e introduzir o negro na sociedade portuguesa para que os níveis de civilização se equiparassem. Ele chega a dizer que sua atuação na vida pública foi guiada pela visão de que os direitos constitucionais portugueses deveriam ser expandidos para os habitantes das colônias. Após citar vários trechos da Constituição, escreve da seguinte forma:

Em presença d'esta disposições constitucionais é positivo, que os habitantes portuguezes das provincias da Africa, da Asia e da Oceania, sem differença de raça, de côr ou religião, têm direitos iguaes áquelles de que gosam os portuguezes da Europa. É esta a rasão que tem motivado o procedimento official e extra-official, que, desde o anno de 1835, tenho tido, em referencia à applicação das ditas garantias a favor dos portuguezes não europeus. (BANDEIRA, 1873, p. 14)

Sá da Bandeira também advogava em favor de uma política educacional oficial, cujas instituições seriam frequentadas por uma elite negra. O plano dele era estabelecer instituições de educação bem amplas, uma vez que o papel que o negro deveria ocupar na sociedade colonial ia para além dos serviços puramente braçais, mas os objetivos seriam os de criar um conhecimento útil para a economia local. O Marquês escreve:

Conviria que em Loanda, ou antes na proximidade do rio Bengo, por exemplo, nas terras do antigo hospício de Santo Antonio, houvesse um jardim botânico, uma escola agrícola e viveiros de plantas uteis ás artes e á medicina. Os jardins de aclimação dirigidos por pessoas hábeis que têm existido, desde muito tempo, nas colonias inglesas, hollandezas e francezas, têm sido da maior utilidade para a propagação da cultura de plantas uteis. Também seria muito conveniente o estabelecimento de um museu, onde se fosse coligindo os productos da provincia, bem como de uma biblioteca publica de obras escolhidas. Nos programmas d'este lyceu deveria ter-se em vista especialmente o ensino de conhecimentos uteis á agricultura, á indústria, e ao commercio da colonia (BANDEIRA, 1873, p. 126-127).

A reflexão do Marques Sá da Bandeira sobre o lugar dos negros no trabalho nas colônias extrapolava a compreensão corrente da época. Ele chegava a defender a presença de negros na administração pública, defendia também a criação de escolas mais completas, onde deveria ser ensinado latim e artes, nas quais existiriam vagas reservadas aos filhos dos Sobas. Também defendia a criação de uma escola para formação de médicos e enfermeiros. Apesar disso, ele deixava claro que esses espaços deveriam ser simples: os trabalhos que os negros realizariam na administração pública seriam os mais baixos e o ensino deveria contemplar apenas o básico e o necessário. Além disso, não deveria atender a todos, apenas uma elite negra, a maior parte da população negra deveria permanecer desempenhando trabalhos manuais.

Como se pode perceber, o plano do ministro tinha o objetivo de domesticação das populações autóctones e sua inserção na economia local, através da transformação de escravos em trabalhadores livres pacíficos, além da criação de uma elite local instruída. Esse é um projeto antigo da militância abolicionista que ignorava toda a cultura dos povos escravizados. Para Sá da Bandeira seria fácil “regenerar” os escravos, pois ele acreditava que os negros não teriam nenhum tipo de cultura que pudesse resistir aos ensinamentos do mestre europeu.

Os abolicionistas ingleses pensavam de forma semelhante, o que pode ser percebido quando se volta o olhar às aldeias para libertos criadas na Jamaica. Nesses centros, em sua maioria comandados por missionários protestantes, acreditava-se que a posse de uma casa, de uma função a ser desempenhada na comunidade, e as exigências inerentes a essa situação, criariam nos negros a necessidade de trabalho e de adoção de uma vida cristã. Por se basear apenas no modo de vida europeu, essas experiências acabaram por falhar. Os ex-escravos se recusavam a trabalhar para os antigos senhores e procuravam terras disponíveis para habitar. Além disso, houve o crescimento de religiões de matrizes africanas que, para os missionários, representavam uma decadência moral (MARQUES, 2018).

O projeto de Sá da Bandeira estava pautado no discurso de vazio cultural da África, uma visão claramente racista. Por isso seria fácil civilizar o negro ou torná-lo um trabalhador livre exemplar: bastaria mostrar os benefícios da vida civilizada que o negro a aceitaria pacificamente. Essa visão, que desconsiderava toda diversidade e riqueza das culturas africanas, falhou em todos os lugares. Isso abriu espaço para novos entendimentos sobre o outro, que apelavam cada vez mais para um discurso racial determinista que fundamentou novos projetos. No caso português, é

evidente a disputa entre três paradigmas, elaborados mais ou menos no mesmo período, cada um com seu expoente, que irei discutir nos próximos tópicos.

Antônio Francisco Nogueira e a educação para civilização

Quando Nogueira escreveu seu livro, em 1880, o discurso racial já estava bem disseminado na Europa. Autores como Charles Darwin, Jean Louis Armand de Quatrefages de Bréau e Hermann Burmeister já haviam publicado seus trabalhos. Outras produções que apelavam fortemente para um discurso racial estavam surgindo em Portugal, como os livros de Oliveira Martins, que veremos mais adiante.

Seu livro *A raça negra sob o ponto de vista da civilização da África: usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes e as colônias portuguesas* é quase um manual para se entender a discussão racial da época. Segundo ele, existiriam três teorias: a primeira era a monogenista, que postulava que os homens eram todos de uma única espécie, mas dividida entre a raça branca, negra e amarela. A maior autoridade desse paradigma era Quatrefages. Ele argumentava que o homem se diferenciava dos demais animais em relação a sua capacidade moral e de elaboração de crenças religiosas, e não propriamente devido a diferenças físicas ou intelectuais. Nisso, os negros seriam iguais aos brancos, todos tinham algum tipo de religião e eram capazes de distinguir o bem e o mal, por isso ele colocava ambos como membros de uma mesma espécie.

O segundo grupo teórico era formado pelos poligenistas, adeptos da ideia de que diferentes espécies humanas teriam aparecido em diferentes lugares do globo, alguns autores usaram argumentos religiosos, pregando que existiram diferentes criações. Os autores mais modernos não usavam esse argumento, mas, através de uma aproximação com a biologia, fizeram correspondências entre as atribuições físicas e intelectuais das espécies humanas e chegaram a aproximar os negros e os macacos. Alguns afirmavam que a raça negra seria incapaz de se modificar, ou seja, duvidavam da capacidade dos negros de chegarem ao nível civilizacional dos brancos. Um expoente dessa teoria seria Hermann Burmeister.

O terceiro grupo era o dos transformistas, eles acreditavam que toda forma de vida havia surgido de um único corpo microscópico, do qual, através da “luta pela existência”, teriam se derivado todas as outras espécies conhecidas. M. Hackel aplica essa teoria aos seres humanos, ele acreditava que, a partir de um antepassado símio-humano, teriam surgido todas as outras espécies humanas. As raças humanas seriam divididas em espécies distintas que comporiam uma mesma cadeia evolutiva. O grande nome dessa teoria era Charles Darwin.

Nogueira admite limitações nas três teorias. Para ele, os transformistas e poligenistas atestavam a inferioridade da raça negra, o que, em sua concepção, seria incorreto e obra de um fanatismo etimológico: “é triste o ter de registrar estas opiniões, que parecem mais o echo de preconceitos vulgares do que a conclusão lógica de um estudo serio e imparcial” (NOGUEIRA, 1880, p. 45). Para responder aos argumentos dessas teorias, ele usava a sua experiência em Angola:

A observação de que há cães que aprendem a contar até quarenta e sessenta, ao passo que alguns selvagens só sabem contar até quatro, parece-nos pelo menos, pueruil. Eu posso affianças a M. Hackel por que sou disso testemunha, que os indivíduos das raças mais atrasadas, os boschjemans, por exemplo, homens ou mulheres, aprendem tudo o que se lhes ensina, conforme o serviço a que os querem destinar. Eu vi no districto de Mossamedes homens e mulheres d’aquella raça, (Ba-Kankala), na condição de libertos, fallando correntemente o portuguez, contando até 100 e mais, e executando varios serviços, sem grande differença dos Negros de outras raças. As mulheres Ba-Kankala aprendem a coser, a bordar, e outros misteres delicados (NOGUEIRA, 1880. P. 46).

Se os transformistas pecavam por rebaixar demais as capacidades intelectuais dos negros e por postularem a incapacidade deles de aprenderem, os monogenistas exageravam nas características religiosas e morais dos negros. Nogueira também questionava os monogenistas afirmando que, considerando a diversidade das características de cada raça, não era possível existir um antepassado comum a todas elas. Sobre os transformistas, ele afirmava que o meio ambiente não era capaz de fazer alterações profundas nos indivíduos, como a cor da pele.

Nogueira entendia bem as teorias raciais da época, mas discordava delas. Sendo assim, formulou sua própria teoria sobre o gênero humano, a partir da sua experiência em Angola. Ele dizia que os poligenistas estavam corretos quanto à origem do gênero humano, mas erravam em postular a inferioridade radical do negro, já que esses eram capazes de aprimoramento, como ele mesmo constatou. Então, a saída lógica para explicar o atraso civilizacional do negro, era pensar em termos de época de surgimento de cada raça: a negra seria a mais nova, a branca a mais antiga e a amarela a intermediária

Sendo para nós inconstestavel que o Negro se aperfeiçoa não vemos outra rasão que possa explicar o seu estado de atrazo senão a que emittimos.

Nesta hypothese, pois, o primeiro typo apparecido seria o Branco, depois o Amarello e finalmente o Negro. Destes três typos primitivos, e fundamentaes, teriam resultado pela acção dos meios e dos crusamentos os sub-typos em que elles se dividem (NOGUEIRA, 1880, p. 73).

Então, os negros não estariam atrasados no nível civilizacional por causa da sua incapacidade biológica, mas sim por serem de uma raça mais nova. Segundo Nogueira, o branco teria surgido há 20000 anos, o amarelo há 15000 anos e o negro há 10000 anos. Ele chega a essa conclusão a partir de achados arqueológicos. Tal postulado foi importante, pois demonstrava que o branco também permaneceu atrasado durante muitos anos.

Constatando que o negro era capaz de evoluir, Nogueira diz que o português tinha por missão ajudá-los a civilizarem-se. Isso não seria apenas uma questão filantrópica, mas também de ordem prática, pois, segundo Nogueira, era impossível para o branco habitar determinadas áreas da colônia, somente os negros estariam aptos a se aclimatar nessas regiões. Por isso a necessidade de civilizá-los, para que eles exercessem a força de trabalho nessas regiões.

Repellindo ou aniquilando o Negro só teríamos feito o deserto em torno de nós, só teríamos creado... a esterilidade.

Não basta porém uma atitude passiva neste caso; é preciso mais; é preciso auxiliar o negro na sua evolução para a vida civilizada. (NOGUEIRA, 1880, p. 11).

Partindo dessa visão racial e visando atingir esse objetivo, Nogueira elaborava um plano educacional muito fortemente ligado à ideia de trabalho. Ele dividia a população das colônias em grupos, considerando que nem todos estariam aptos à civilização. Os serviçais, como ele chamava os ex-libertos ou ex-escravos, faziam parte desse grupo menos apto, já que somente grupos inferiores poderiam se sujeitar à escravidão. Nogueira relatava que, mesmo após a abolição da escravidão, a situação de trabalho não havia mudado muito e isso ocorria, em parte, por causa do estado dos ex-libertos:

Não são Livres, mas é preciso que se acrescente, – nem o pode ainda ser. Uns, o maior numero, acabando de sair da escravidão, depravados por esse regime embrutecedor, e sem lhes ter dado o ensino preparatório indispensável não tem da liberdade a noção conveniente (NOGUEIRA, 1880, p. 198).

Para Nogueira, os ex-libertos não estavam preparados para a vida livre, o que fazia com que eles se negassem ao trabalho ou, o que era mais comum, continuassem a ser explorados pelo seu senhor. O plano de Nogueira para abolição era de que a liberdade só viria para aquele liberto que fosse considerado apto. Ele escreve da seguinte forma:

Propuz que os negros libertos que passassem à condição de livre fossem obrigados ao trabalho, sendo só considerados cidadãos em toda a plenitude dos seus direitos civis e políticos os que soubessem ler e escrever ou aprendessem alguma arte ou officio, mas proporcionando-se-lhe largamente os meios de adquirirem essas habilitações pela criação de escolas de ensino primário e

profissionais, que seriam obrigados a frequentar (NOGUEIRA, 1880, 198-199).

De acordo com Nogueira, uma regulamentação do governo obrigando o ensino dos serviços chegou a ser feita, através da portaria de 15 de novembro de 1879, mas ela nunca foi implantada por falta de infraestrutura nas colônias. Segundo ele, não existia nem escola, nem professores, nem missionários que pudessem promover a instrução desse grupo. Ele afirmava que, na data em que escrevia o livro, 1880, a situação de trabalho dos ex-escravos era a mesma de um escravo.

Nogueira elaborou um plano muito mais incisivo do que Sá da Bandeira para a “recuperação” dos escravos e a transformação deles em trabalhadores livres laboriosos. Isso aconteceu devido a sua maior proximidade com as teorias raciais. Para ele, o negro escravizado era limitado e não poderia ser transformado em trabalhador livre laborioso apenas observando o exemplo do imigrante europeu – como acreditava Sá da Bandeira. Era preciso, segundo Nogueira, obrigar o liberto a frequentar instituições de ensino, que, considerando suas limitações, o ensinariam a viver em liberdade.

Em relação ao “negro gentil”, ou seja, aquele que habitava regiões fora da influência da coroa portuguesa, o plano de educação era diferente. O número de pessoas nessa condição era de trezentos mil, que, segundo Nogueira, representaria uma força até então perdida para a civilização. Era importante a instrução desse grupo, pois seriam eles os responsáveis por habitar e trabalhar nas regiões onde o branco não conseguia se aclimatar.

Nogueira afirmava que o negro era dado ao trabalho. Após uma série de relatos, ele escreveu o seguinte:

Aqui estão factos, aqui estão provas podemos dizer de que o Negro das nossas possessões d’Africa trabalha. Não tem de certos hábitos assíduos de trabalho, mas se este lhe for oferecido nas condições em que elle por emquanto o pode accetar, sob forma de pequenas empreitadas, sem violência nem oppressão, e sufficientemente remunerado, há de affeição-se-lhe, e há de ser por fim o jornaleiro, o operário, o industrial.

O que temos nós feito, ou que tem feito outra qualquer nação para crear no Negro o amor ao trabalho?

Nada, absolutamente nada, ou o contrario do que devia-mos fazer. Como escravo sacrificamol-o, com livre expoliamol-o, e como elle não acceta a nossa tyrannia como um beneficio e ainda em cima nol-a agradece, dizemos então que elle é inimigo do trabalho e incapaz de se civilisar! (NOGUEIRA, 1880, p. 207-208)

Como se pode ver, também no caso dos negros habitantes do interior, a grande função da educação era transformá-los em trabalhadores. O foco deveria ser o estudo primário, a “bíblia do A B C”. É interessante notar que Nogueira defende que o ensino fosse feito na língua local. Para ele, seria impossível obrigar o gentil a frequentar as escolas, então, o único meio de fazê-los se voluntariarem para as lições seria aplicar o ensino em suas próprias línguas. Nogueira acreditava que o ensino deveria chegar a todos, não somente a uma elite negra. Mas ele também pontuava a fragilidade da estrutura colonial portuguesa e entendia que esse plano só poderia se realizar na longa duração:

Não poderemos realizar um vasto, um dispendioso systema de educação no sentido exposto, mas podemos nos limites das nossas forças, – estudando desde já as línguas que se fallam nas nossas possessões africanas e que se ligam todas a um idioma commum, o on – bundo, – organizado as primeiras grammaticas, e estabelecendo os primeiros methodos de ensino, – creando a receita indispensável, e aproveitando os indivíduos habilitados que devem existir em cada uma dessas províncias, – estabelecer dentro em muito pouco tempo um certo numero de escolas, enquanto se criem e instruem devidamente novos e mais habilitados professores. No principio essa tarefa será modesta, por que temos tudo a crear, mas pôde ser desde logo muito útil.

E não nos impressiona a objecção de que civilisar os indigena das nossas possessões d’Africa é o mesmo que emancipar essas colonias. Se ao mesmo tempo que educando o Negro tratarmos de aclimar o Branco onde isso for possível este será ainda por muito tempo um apoio seguro para nós. Mas dado que afinal a colônia se venha a emancipar, – e esse é o destino de todas as colonias, – que devemos preferir: conserval-a estéril e improductiva como até agora, ou convertel-a em uma nação amiga, e mesma irmã ao menos sob o ponto de vista da civilização e dos costumes? (NOGUEIRA, 1880, p. 213 – 214).

O projeto de educação de Nogueira tinha o mesmo objetivo que o de Sá da Bandeira (muito embora os meios propostos para alcançá-lo fossem distintos): a domesticação das populações autóctones. O projeto de Nogueira deriva de dois fatores: o primeiro é o fracasso do projeto de Sá da Bandeira, a emancipação não veio apenas com as leis. Para Nogueira, os escravos continuavam vivendo em condições semelhantes à escravidão porque eles não estavam preparados para a liberdade. Esta não viria apenas pela força da lei, mas dependia de uma efetiva política educacional voltada para o trabalho, que teria como principal função preparar os escravos para a vida livre.

O segundo fator é a forte presença das teorias raciais do período, elemento que fez com que Nogueira se empenhasse mais efetivamente na ideia de missão civilizadora da educação do que Sá da Bandeira. É importante frisar que esse projeto educacional se baseia em pressupostos

racistas, uma vez que Nogueira entendia que os negros tinham certas limitações e não seriam capazes de alcançar a civilização senão ajudados pelos europeus, por isso, estes deveriam criar escolas na África.

Andrade Corvo e a educação modernizadora

Na função de Ministro da Marinha e do Ultramar, Andrade Corvo tinha posição para sair do plano das ideias e de fato colocar em prática uma política educacional nas colônias, mas esse nunca foi seu foco. O livro de Andrade Corvo, *Estudos sobre as províncias ultramarinas*, publicado em quatro volumes entre 1883 e 1887, ressoa muitas das ideias de Nogueira, citado várias vezes ao longo do texto. Seu livro, publicado após sua gestão ministerial, é um balanço de governo, tendo como foco principal um projeto de viabilidade econômica das colônias, através da quebra de monopólios e defesa de obras públicas, principalmente as sanitárias e de viação. Ele estruturou sua obra de forma que as colônias foram analisadas individualmente, fazendo considerações sobre o passado e as realidades presentes, interrogando-se também sobre o papel do indígena na colonização e na missão civilizadora, assim como sobre o direito aos territórios ocupados.

O período ministerial de Corvo, durante o governo de Fontes Pereira de Melo, teve como marca a expansão de obras de infraestrutura em Portugal, como a construção de pontes e caminhos de ferro, devido à forte influência das teorias de Saint-Simon (PEREIRA, 2017). O grande projeto de Corvo, já que ele considerava praticamente superada a questão do trabalho escravo, era levar essa expansão para as colônias.

Para Corvo, a civilização viria através da promoção de infraestruturas que pudessem gerar melhores condições de extração do trabalho e da renda da colônia. Visando alcançar esse objetivo, ele criou a Comissão de Obras Públicas. Essa seria formada por vários engenheiros e técnicos que deveriam atuar em todas as colônias de maneira temporária, fazendo estudos, viabilizando obras estruturais e realizando outras de caráter emergencial.

Em seu estudo, Corvo dedicou um bom espaço para descrever as obras realizadas, seu orçamento e seus benefícios. Em Angola, por exemplo, onde a comissão chegou em 1877, os seguintes melhoramentos foram realizados:

Com effeito, sem contar crescido numero de reparações em quase todos os edificios públicos da província, sem nos fazermos cargo de obras pequenas mas necessárias e dispendiosas, podemos notar o seguinte, como resultado proficuo do systema adoptado nas obras publicas de Angola.

Construíram-se, aproximadamente, 344 kilometros de linha telegraphica, com oito estações; linha que se estava prolongando do Dondo a Pungo Andongo, em mais 150 kilometros.[...]

O numero de kilometros de estradas, construidas e em construcção, excedeu a 50; muitos difficeis e dispendiosos.

Para estabelecer o ensino dos operários e promover o desenvolvimento do trabalho industrial na população da provincia, lançando as fecundas sementes de uma importantissima reforma na instrucção e na educação do povo, levantou-se um vasto edificio, para receber cem aprendizes internos, e dar lhes a necessária instrucção.[...]

Para um novo hospital, cuja necessidade era geralmente reconhecida, levantaram-se as alvenarias e fez-se a cobertura de ferro; —apesar de ser muito vasta a construcção e muito dispendiosa, pela irregularidade do terreno em que foi erigido; — e este será um dos melhores hospitaes não só das colónias, mas do reino.

Fizeram-se mais as seguintes obras:

Um quartel e uma boa ponte-caes de ferro em Mossamedes (a ultima em construcção).

Um quartel e uma residência em Copangombe (em construcção).

Um grande deposito de agua no caminho de Mossamedes para Copangombe.

Dois pharoes, um dos quaes já funciona, no porto de Loanda. O outro está em construcção nas officinas.

Um hospital (em parte concluído e já funcionando).

Uma residência para o chefe do concelho e um grande paiol, com casa de guarda e rampa de acesso para a praia, no Ambriz.

Um paiol, tambem de grandes dimensões, e um hospital-barraca no Dondo.

Duas pontes de ferro de 10m e 18m construídas nas officinas de Loanda.

Conclusão das alvenarias e construcção de coberturas do palácio do governo, em Mossamedes (CORVO, 1883. p. 227-230).

Fica evidente, pelos tipos de obras realizadas, que elas tinham dois objetivos principais: melhorar a salubridade e a segurança militar das cidades; e ampliar a comunicação das cidades com o interior. Corvo admite que, após a conclusão dessas obras, esperava-se que o comércio e a agricultura se tornassem mais dinâmicos e que as cidades coloniais pudessem atrair imigração branca da metrópole. Então, as obras não tinham como objetivo principal a melhora das condições de vida dos nativos de Angola, mas sim viabilizar economicamente a colonização.

Apesar das populações autóctones não serem o foco dessas obras, é possível notar que há nessa lista o plano de construção de uma escola. Corvo deixa claro o objetivo por traz desse projeto: o ensino para os trabalhadores. Então, assim como em Nogueira, a educação oficial

deveria ser dedicada ao trabalho, mas ele parece advogar por um ensino ainda mais simples. Na conclusão do terceiro volume da sua obra, ele resume a política civilizacional da seguinte forma:

Ensinar os negros a serem úteis, a compreenderem as vantagens do trabalho, e os benefícios do commercio: crear nos negros as necessidades, que representam melhoramento na vida material, desenvolvimento na vida moral: abrir aos negros horizontes, por onde se possam expandir as suas limitadas aptidões, a fim de lhes transformar a natural indolência em actividade productiva: ensinar os negros pelo exemplo, atrair-os pela benevolência, domar-lhes as ruins paixões pela justiça, impressionar-os pelas maravilhas da civilização, ministrar-lhes na escola e na officina, um ensinamento que os persuade de que elles podem seguir as praticas dos brancos, com vantagem própria: eis o que temos a fazer na Africa portugueza. E proseguir, aperfeiçoando-o, no systema, ha séculos iniciado pelos portuguezes n'aquellas regiões. (CORVO, 1884 p. 389)

Corvo não fala em ensino em língua local, como Nogueira, muito menos na possibilidade de os negros estarem aptos à vida civilizada após a educação, como aparece em Sá da Bandeira. Ele rebaixa o negro na escala civilizacional. Apesar disso, Andrade Corvo ainda acredita na capacidade de civilização do negro. Ele também se fundamenta em teorias raciais do período, fazendo uma distinção entre diferentes grupos da África. Para ele, alguns grupos estariam suscetíveis à extinção, mas outros seriam capazes de evoluir. Corvo também concordava com a ideia de que a escravidão teria produzido uma reação no negro de repúdio ao trabalho:

E pois da civilização e da actividade dos indigenas que tudo ha a esperar. Às idéas que se faziam da raça negra, no tempo da escravidão, estão longe de ser verdadeiras. O negro é susceptível de aperfeiçoamento, de illustração, de actividade, de industria. Ha diversas raças, umas mais intelligentes do que outras, umas em que a evolução das faculdades mentaes attingiu um grau mais elevado do que em outras. A escravidão embruteceu o negro, e fez-lhe perder o grande incentivo do trabalho; o interesse próprio. (CORVO, 1883, p. 272)

Corvo era evolucionista, acreditava que as circunstâncias e a educação poderiam transformar o negro, mas colocava essa possibilidade no longuíssimo prazo. Isso se tornava evidente quando discutia a possibilidade de um ensino religioso. Para ele, os negros não estariam intelectualmente preparados a esse aprendizado complexo. Em suas palavras:

Não se julgue de quanto fica dito, que desconhecemos a importância da propaganda religiosa na Africa. Julgamos, ao contrario, que a benéfica influencia da moral christã deve exercer a mais pura e mais civilisadora acção no espirito d'aquelles povos; que a queda da idolatria e o desaparecimento do fanatismo e das suas praticas barbaras, ferozes muitas vezes, necessariamente hão de preceder a completa transformação social dos negros. O que, porém, não julgamos possível é que, no cérebro por assim dizer incompleto do africano, possam, sem longa preparação, sem um longo e prévio trabalho de educação moral e physica, entrar outras idéas, para receber as quaes o selvagem

não está preparado, e que necessariamente repugnam á sua indole brutal.
(CORVO, 1884, p. 119-120)

Para Nogueira, a civilização também viria no longo prazo, mas isso se daria devido à dificuldade estrutural de criação de escolas, já em Corvo esse tempo prolongado se justificaria pela limitação intelectual dos negros. O ponto pacífico entre Corvo e os outros dois autores é o objetivo de domar o “instinto natural” dos negros, que eles julgavam existir, e aplicá-los na viabilização da exploração econômica das colônias. O plano educacional de Corvo não é amplo, as escolas para formação de operários deveriam existir na medida em que houvesse demanda de mão de obra. As escolas também não tinham como objetivo a civilização completa, ou seja, a equiparação dos africanos com os europeus, já que isso seria impossível num curto prazo. É possível dizer, então, que está presente em Corvo um racismo ainda mais determinista do que em Sá da Bandeira ou em Nogueira.

Oliveira Martins e a não educação

Analisar a projeto de educação de Oliveira Martins e sua visão racial determinista é analisar um não projeto. Ele é o grande nome do darwinismo social em Portugal, maior representante do pensamento racial que acreditava que os negros eram biologicamente incapazes de se civilizarem ou chegarem ao mesmo nível dos brancos. O livro que aqui está sendo analisado, *O Brasil e as colônias portuguesas* (1880), é um estudo histórico que analisa a função dos territórios coloniais em Portugal. Ao falar das colônias portuguesas na África, Oliveira Martins emula os discursos poligenistas mais radicais, duvidando que negros e brancos fossem da mesma espécie e chega a aproximar as populações da África dos macacos.

Não haverá, porém, motivos para suppor que esse facto do limite da capacidade intellectual das raças negras, provado em tantos e tão diversos momentos e lugares, tenha uma causa intima e constitucional? Ha de certo, e abundam os documentos que nos mostram no negro um typo anthropologicamente inferior, não raro proximo do anthropoide, e bem pouco digno do nome do homem (MARTINS, 1880, p. 257).

Na questão educacional nas colônias, Oliveira Martins se baseia em experiências de outros países para dizer que ela é inútil, usando até os estudos do historiador alemão Georg Gottfried Gervinus – o que demonstra que a intelectualidade portuguesa estava inteirada do que era produzido em todo o continente europeu e não só na Inglaterra. Partindo da concepção de história mestra da vida, Oliveira Martins diz que a história seria a prova da incapacidade intelectual do negro de evoluir depois de certo limite.

A philanthropia insiste em esperar que a Biblia, traduzida em bunda e em bantu, converterá os selvagens; que a férula do mestre-eschola fará d'elles homens com nós. Espera-se da alliança mystica do Testamento e das facturas de algodões o que os sinos e os crucifixos, a musica e o incenso do culto catholico, não poderam conseguir outr'ora, nem na America, nem na Africa. Os resultados presentes fallam em vão, porque, diz Gervinus, 'todas as licções da historia são perdidas para aquelle que continua a attribuir as mesmas aptidões a todas as raças humanas; depois das esperiencias políticas do Haiti, depois das experiências sociaes da Liberia; depois da licções que á economia política fornece a Jamaica, e dos resultados pedagógicos dados pela escholas mixtas dos philanthropos na Nova-Inglaterra, – onde as creanças de cor jamais vão além de um limite de desenvolvimento intellectual, o limite constitucional da raça.'

Sempre o preto produziu em todos esta impressão: é uma creança adulta” (MARTINS, 1880, p. 256-257).

Ele conclui da seguinte forma: “Não só, pois, a idea de uma educação dos negros é absurda perante a historia: é-o também perante a capacidade mental d'essas raças inferiores.” (MARTINS, 1880, p. 259). Para Oliveira Martins, a missão civilizadora era inútil, o negro não poderia ser educado. Ele argumenta que a única via possível de melhoramento dos negros seria uma transformação biológica, que se daria através de uma mistura de raças no intuito de melhorar a qualidade mental dos negros.

Já que a missão civilizadora era entendida por Oliveira Martins como uma ilusão, qual seria a missão dos europeus na África? Ele responde:

Que farão entretanto os europeus? Lerão a Biblia e venderão algodões aos duzentos milhões de negros: satisfazendo assim a um tempo as exigencias poeticas e as mais praticas necessidades industriaes. Emquanto a acção dos cruzamentos das raças acclimataveis fôr caminhando, de um modo tão lento que só é apreciavel no decurso de seculos; caminhará, porém, com a rapidez que a força e os recursos da civilização europêa proporcionam, a exploração commercial do continente. As feitorias espalliar-se-hão por toda a parte onde puder chegar uma lancha, uma estrada, um caminho de ferro . . . e as espingardas e canhões : porque o commercio interno da Africa será feito á sombra das armas, como foram sempre e em toda a parte as transacções com os povos selvagens. A Europa fabril adquirirá um mercado vastissimo para certos dos seus productos; e a Africa pagar-lhe-ha, barateando pela abundancia os preços dos generos ultramarinos. A civilização pelo cruzamento continuará a vir do Oriente; porque o Occidente só póde dar ás raças africanas pannos para se vestirem, aguardente para se embriagarem, polvora para se exterminarem (MARTINS, 1880, p. 259-260).

As concepções de Oliveira Martins legitimavam a violência e a exploração dos povos nas colônias, garantindo-lhes certa aparência de justiça. Essas ideias racistas estavam na base da política colonial após 1890, momento marcado por guerras que chegavam a se aproximar de uma guerra de extermínio. Além disso, havia também legislações que postulavam diferentes

tratamentos entre negros e brancos, como o Regulamento de 9 de novembro de 1899, algo que Sá da Bandeira era ruidosamente contrário.

Conclusão

A maioria dos discursos mobilizados durante o século XIX foram marcados por três elementos: um ideal civilizacional, o colonialismo e o racismo. Esses elementos estavam presentes em vários lugares, penetravam na ciência e na religião, ganhavam forma na política metropolitana e eram implementados na vida colonial. A política educacional não passou imune, ela também foi contaminada por esse discurso. Através de uma ideia de domesticação de uma suposta índole natural das populações autóctones, vários projetos foram elaborados. Neste trabalho foram enfatizados quatro, que, de certa forma, sintetizam as principais correntes e discussões que existiam no Portugal oitocentista.

Em um primeiro momento, que durou entre 1830 e 1870, existia a hegemonia da figura de Sá da Bandeira em Portugal, por mais que a sua ação fosse limitada pela influência dos senhores de escravos, sua política colonial era o paradigma do período. Ela foi muito influenciada pelo discurso do abolicionismo inglês, já que Sá da Bandeira tinha relações próximas com sociedades abolicionistas inglesas. Ele acreditava que os negros estavam embrutecidos pela escravidão, portanto, era necessário acabar com essa instituição vil para que a civilização chegasse à África. Para ele, a abolição, seguida de leis que incentivassem o trabalho e a inserção, mesmo que pequena, dos negros na sociedade, assim como a observação constante dos europeus e seus modos de vida pelo liberto, seriam suficientes para a “recuperação” dos ex-escravos, criando neles o amor pelo trabalho. Uma educação formal deveria ser destinada apenas para uma elite local e não era necessária a todos.

Essa visão, de um evolucionismo imediato, falhou. Como Nogueira informa, os ex-escravos continuavam trabalhando em situações análogas à escravidão. Isso pode ser atribuído a vários fatores, como a incapacidade da burocracia portuguesa de fazer suas leis serem cumpridas nas colônias ou do conservadorismo dos senhores de escravos que se recusavam a abrir mão dos cativos. Apesar desses elementos serem conhecidos na época, a culpa da falha da política de Sá da Bandeira foi jogada nos próprios negros. Afirmativas de que o negro era intelectualmente incapaz de viver uma vida civilizada nos moldes europeus se tornaram cada vez mais frequentes. Então, é possível dizer que esse ideal abolicionista, que também se pautava em pressupostos racistas e

encarava os negros como um vazio cultural, falhou, abrindo espaço para teorias raciais mais deterministas.

Em Portugal, existiam três visões que disputavam espaço. A primeira é a de Antônio Francisco Nogueira que, de certa forma, reflete as discussões que aconteciam no âmbito da Sociedade de Geografia de Lisboa. Para ele, os negros eram uma raça mais nova e, por isso, mais atrasada. Portanto, existia uma explicação biológica do atraso do negro, que ia para além da situação de escravidão. Ele defendia a ideia de que os negros só estariam preparados para a liberdade quando fossem alfabetizados ou dominassem algum ofício, assim, prepara um plano amplo de educação, com escolas até mesmo no interior. Ele entendia que essa “missão civilizatória” só colheria seus frutos a longo prazo, devido às dificuldades estruturais que esse projeto impunha. Apesar dessas ressalvas, Nogueira acreditava que a civilização dos negros era totalmente plausível e realizável, na medida em que se criassem estruturas para isso.

A segunda é a visão de João de Andrade Corvo que esteve à frente do Ministério da Marinha e do Ultramar durante boa parte dos anos 1870. Para ele, existiam diferentes tipos de grupos humanos na África, alguns seriam passivos de aprimoramento, outros estavam condenados à extinção, entretanto, mesmo os grupos aptos a se civilizarem, o fariam ao longo de séculos. No que tange o plano educacional, a política dele é bem simples, um ensino profissional básico voltado para formação de operários conforme a necessidade das colônias, sem ser amplo e sem conteúdos abstratos, considerados complexos demais.

A terceira via era a do historiador Oliveira Martins, que foi muito influente na década de 1890, contribuindo para a formação de uma base epistemológica para justificar políticas segregacionistas. Para ele, todo esforço no sentido de educação e civilização dos negros seria inútil. Ele acreditava que a raça era um determinante de inferioridade no caso dos negros, constituindo um limite natural de desenvolvimento intelectual. A partir disso, ele acreditava que a missão europeia na África não seria a missão civilizadora, mas sim a exploração econômica e comercial do continente, legitimando qualquer tipo de violência cometida para isso.

Essas perspectivas disputavam a hegemonia das políticas coloniais. Cada uma teve o seu período de predomínio, o que garantia flutuações, continuidades e abandonos de determinados projetos coloniais. A questão educacional também ficou no meio dessas disputas e Portugal não conseguiu empreender uma política educacional de longa duração no século XIX para as colônias. É importante frisar que, mesmo sendo metodologicamente diferentes, todos esses

projetos tinham uma mesma base epistemológica, todos usavam largamente concepções colonialistas, civilizacionais e, principalmente, racistas.

Referências bibliográficas:

ALEXANDRE, Valentim. O império português (1825-1890): ideologia e economia. **Análise Social**, Lisboa, vol. XXXVIII, P. 959-979, 2004.

_____. **Velho Brasil novas áfricas: Portugal e o império (1808-1975)**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2004 [original de 1980].

HENRIQUES, Isabel Castro. Colonialismo e história. Instituto Superior de Economia e Gestão. **ISEG – Cesa**. 2015. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/7815>. Acessado em 14 de julho de 2019.

MATOS, Sérgio Campos. **Oliveira Martins**. Instituto Camões [2015]. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xix/oliveira-martins.html#.XQPpR1xKi1v>> acessado em 14 de julho de 2019.

MONTEIRO, Maria do Rosário; PIMENTEL, Maria do Rosário; LOURENÇO, Vitor Marçal. **Marquês de Sá da Bandeira e o seu tempo**. Lisboa: Academia Militar, 2013.

PEREIRA, Hugo Silveira. O tratado luso-britânico de 1878: história de um acordo tecnodiplomático em três atos. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, Coimbra, V.17, 2017. P. 229 – 252

POLIAKOV, Léon. **O mito ariano: ensaios sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos**. São Paulo: Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

Fontes:

BANDEIRA, Marquês Sá da. **O trabalho rural africano e a administração colonial**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873

BANDEIRA, Sá da. **A emancipação dos libertos**: carta dirigida ao excellentissimo senhor Joaquim Guedes de Carvalho e Menezes presidente da relação de Loanda pelo Marquez de Sá da Bandeira. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874

CORVO, João de Andrade. **Estudos sobre as províncias ultramarinas**. Lisboa: Typographia da academia Real das Sciencias. 1883 -1887. 4 vols.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. **O Brasil e as Colónias Portuguesas**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880.

NOGUEIRA, Antônio Francisco. **A raça negra sob o ponto de vista da civilização da África**: usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes e as colónias portuguesas. Lisboa: Tipographia Nova Minerva, 1880